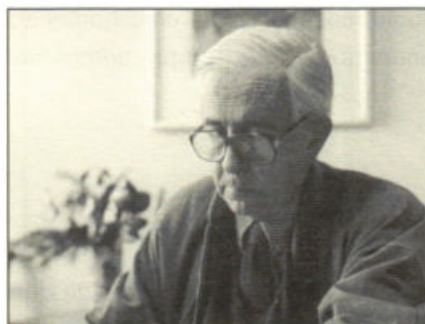


João Manuel Bairrão Oleiro Francisco Sande Lemos



1

Em 11 de Junho de 2000 faleceu o professor João Manuel Bairrão Oleiro, um dos mais relevantes nomes da Arqueologia Portuguesa da segunda metade do século XX.

Já em 1994 o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde leccionara nas décadas de 50 e 60, lhe dedicou um número duplo da revista *Conimbriga* (32-33; 1993/1994).

Por sua vez a Universidade Nova de Lisboa, na qual exerceu as funções de professor catedrático (de 1976 a 1993), também editou um volume em sua homenagem, em 1996, organizado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Recentemente, Adília Alarcão, Jorge Alarcão e José d'Encarnação subscreveram diversos textos¹, evocando a sua memória, recordando a sua personalidade e o seu contributo para a Arqueologia. Lembraram o "Mestre, o Amigo e o Arqueólogo"². Neste último plano, para além da sua actividade científica, destacaram o contributo do professor Bairrão Oleiro na criação de novas estruturas e sublinharam a sua capacidade para abrir caminhos a novos projectos.

Na verdade, como Inspector Superior do Ministério da Educação, vogal da secção de Arqueologia da JNE, durante duas décadas, e como Director-Geral dos Assuntos Culturais nos anos 70, a sua influência foi decisiva no rumo da Arqueologia Portuguesa.

O nosso testemunho, evocando a sua intervenção no lançamento de dois projectos de Arqueologia, constitui mais uma homenagem, singela, a uma personalidade de grande mérito, que sempre admirámos.

2

Em 1972, dois estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Jorge Pinho Monteiro e o autor deste texto, acompanhados por Eduardo da Cunha Serrão, dirigiram-se ao Campo Grande, à ala poente do imóvel da Biblioteca Nacional, onde funcionavam os serviços da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

Pode dizer-se que estávamos ansiosos.

A descoberta, em 31 de Outubro de 1971³, dos primeiros núcleos de gravuras do complexo de arte pré-histórica do Vale do Tejo, a montante da barragem do Fratel, fora amplamente divulgada pela Imprensa Portuguesa, e suscitara alguma polémica. Na verdade, arqueólogos de renome, designadamente George Zbyzewski e Octávio da Veiga Ferreira, apenas consideraram autênticas algumas das gravuras. Na sua opinião a maior parte das insculpturas teriam sido obra dos trabalhadores que construíram a linha de caminho de ferro da Beira Baixa e que se entretinham a gravar no xisto, utilizando para o efeito os grandes parafusos dos carris.

Não temíamos pela direitos científicos, já assegurados pela imediata divulgação da descoberta, tanto na Imprensa, como em sede própria, na secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Por outro lado, já dispúnhamos do necessário certificado para os trabalhos arqueológicos, autorizados pela Junta Nacional de Educação em 13 de Janeiro de 1972.

Mas, receávamos que o amplo projecto de salvamento, que tínhamos arquitectado, pudesse encontrar escolhos burocráticos, ou ficasse bloqueado por dificuldades financeiras.

A reunião era crucial, pois tratava-se de expor as linhas de trabalho que pretendíamos desenvolver e fundamentar as verbas de que necessitávamos.

Já não me recordo dos pormenores da reunião entre os alto funcionários que representavam o Estado e os elementos do GEPP⁴.

Contudo, mantenho viva a memória da cordialidade e simpatia, expressas pelos drs. Bairrão Oleiro e Carmelo Rosa.

Concluída a audiência não só tínhamos adquirido a certeza de que João Manuel Bairrão Oleiro depositava toda a confiança no GEPP, como também sentimos que o bom acolhimento significava, para além de um voto favorável, um precioso estímulo para o projecto de salvamento que nos propúnhamos levar a cabo.

De facto, o Ministério de Educação subsidiou as subseqüentes campanhas de prospecção que permitiram identificar um dos mais vastos complexos de núcleos gravados da Europa, núcleos que se estendiam ao longo de mais de trinta quilómetros, entre a barragem de Fratel e o Tejo Internacional.

Aliás, o interesse do professor Bairrão Oleiro não se limitou a facilitar os trâmites burocráticos, no âmbito do seu pelouro. Estou convencido que o seu empenho foi decisivo para a atribuição da significativa quantia que a Fundação Calouste Gulbenkian destinou aos trabalhos arqueológicos de registo da arte rupestre do Vale do Tejo, reforçando assim o financiamento estatal.

Sem dúvida que o profícuo entendimento entre Eduardo da Cunha Serrão e o GEPP garantiu uma plataforma de trabalho, conforme já destacámos num outro texto, publicado na revista *Forum* e dedicado à memória de E.C.S.

Mas, sem o apoio das entidades que tutelavam o património e a actividade arqueológica, pouco poderíamos ter avançado.

Por outro lado, não se pode encarar esse apoio como um desígnio pontual, mas sim como um passo mais na renovação da Arqueologia Portuguesa, projectada pelo professor Bairrão Oleiro.

De facto, quando se celebrou, no Porto, em 1973, o II Congresso Nacional de Arqueologia, João Manuel Bairrão Oleiro, na sua qualidade de Director-Geral dos Assuntos Culturais abriu o evento com um discurso breve, mas que anunciava toda uma política, um pensamento estruturado sobre os possíveis caminhos no quadro do estudo e salvaguarda do património arqueológico⁵. O texto dessa intervenção é um documento de grande relevância para a História da Arqueologia das últimas décadas. Entre outros aspectos destacam-se nesse documento: a preocupação em regulamentar a actividade arqueológica, reduzindo o número de escavações e obrigando à elaboração de relatórios científicos; o empenho no inventário dos sítios; o interesse no desenvolvimento da Arqueologia de Salvamento, nessa época limitada a raras intervenções. Neste último âmbito referiu, expressamente, dois salvamentos em curso: o da Arte Rupestre do Vale do Tejo e o da zona de Sines.

Dos objectivos enunciados no seu discurso concretizaram-se vários. Alguns ainda em 1973, como o Portaria que regulamentava os Trabalhos Arqueológicos; outros, mais tarde, já na década de 80, quando foram criados o Instituto Português do Património Cultural e os Serviços Regionais de Arqueologia do Norte, Centro e Sul; ou quando se estabeleceu o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.

Um dos desafios lançados em 1973 pelo professor Bairrão Oleiro era a realização da Carta Arqueológica Nacional, ou Inventário dos Sítios, tema que continua na ordem do dia.

Quando, hoje lemos alguns artigos sobre gestão do património, estranhamos a ausência de referências à intervenção de abertura do III Congresso Nacional de Arqueologia, pois que foi um dos primeiros textos que iniciou, em Portugal, numa linha de modernidade, um tema sobre o qual a bibliografia portuguesa é cada vez mais abundante, embora nem sempre bem escorada.

É bom que se recorde que a Portaria de 1973 só foi substituída em Julho de 1999 por um Decreto-Lei, mais extenso, mas talvez demasiado intrincado e com articulados discutíveis, ou obscuros, quando comparados com o diploma que revogou.

Ou que se lembre que o Inventário Nacional dos Sítios Arqueológicos ainda não está disponível, embora se tenham verificado assinaláveis avanços.

3

O interesse de João Manuel Bairrão Oleiro pela Arqueologia de Salvamento não se desvaneceu no período subsequente ao 25 de Abril.

Quase uma década depois, em 1978, salvo erro, tive a oportunidade de me encontrar de novo com o professor Bairrão Oleiro, quando este visitou o Campo Arqueológico de Braga, integrando a comitiva do Secretário de Estado da Cultura, António Reis. O momento era crucial, pois que estava em causa o desenvolvimento de um projecto que pretendia salvar, da destruição anunciada, a maior cidade romana da fachada atlântica da Península Ibérica. E, novamente, julgo, a sua influência foi importante, para garantir a continuidade do estudo e salvamento de *Bracara Augusta*. Atravessava-se um período conturbado. A Junta Nacional de Educação tinha sido extinta em 1977. Preparavam-se novas estruturas. Os projectos arqueológicos eram apreciados pela Comissão Organizadora do Instituto Português do Património Cultural e Natural (COISPCN). E o projecto de *Bracara Augusta* não tinha grande acolhimento entre muitos arqueólogos, provavelmente desfocados em relação às novas correntes da Arqueologia de Salvamento, já dominantes na Europa Ocidental.

4

Estas breves referências demonstram como o professor Bairrão Oleiro se interessava pelos projectos que rompiam com a orgânica tradicional da Arqueologia Portuguesa, apoiando os programas de salvamento, na linha que já anunciara nas palavras de abertura do Congresso de 1973.

Na década de 80 presidiu, durante vários anos, à Comissão Nacional de Arqueologia e continuou a influenciar o percurso desta disciplina em Portugal, na sua qualidade de Inspector Superior do Instituto Português do Património Cultural.

A forma como dirigia os trabalhos da Comissão e aconselhava sobre a melhor forma de elaborar os pareceres, marca uma época em que se procurava fundamentar, com rigor e pedagogia, os actos administrativos.

Por circunstâncias alheias à Arqueologia, afastei-me do IPPC, precisamente quando o professor Bairrão Oleiro foi designado Vice-Presidente daquele organismo, ou seja em finais de 1987.

Todavia, quase uma década depois, em 1994, tive a honra de ser agraciado com o Prémio Gulbenkian de Arqueologia, *ex-aequo* com o professor Bairrão Oleiro.

Este último pela sua importante obra *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal, I. Conventus Scallabitanus, Conimbriga. Casa dos Repuxos*⁶.

No meu caso, pela dissertação de doutoramento sobre a romanização de Trás-os-Montes Oriental.

Se é um facto que a bibliografia publicada pelo professor Bairrão Oleiro não é muito extensa, não é menos verdade que a construção da Arqueologia, como disciplina teórica e prática, não se limita aos textos.

Quando, nos dias de hoje, se fala e se escreve tanto sobre a Gestão do Património Arqueológico (arte mais complexa e delicada do se julga, arte exigente em tempo e energia), é indispensável destacar a influência que aquele arqueólogo exerceu neste âmbito, ao longo de várias décadas.

Bibliografia

- ALARCÃO, Adília (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro, *Monumentos*, 13, ed. DGEMN, Lisboa, pp. 119-121.
- ALARCÃO, Jorge (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 41 (1-2), ed. SPAE.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro. O Mestre, o Amigo, o Arqueólogo, *Al-Madan*, II Série, 9, p. 215.
- OLEIRO, João Manuel Bairrão (1974) – Palavras de abertura, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto – 1993)*, ed. JNE, pp.17-24.
- SOROMENHO, P. C.; SERRÃO, E. da C.; LEMOS, Francisco de Sande (1972) – Arte rupestre tagana, *Olisipo*, 35, n.º 135, pp. 77-140.

Notas

¹ Ver bibliografia.

² Subtítulo do texto da autoria de José d'Encarnação (2000).

³ Sobre as condições exactas da descoberta ver: Soromenho *et alii* 1972.

⁴ Grupo para o Estudo do Paleolítico Português.

⁵ Ver Oleiro 1974.

⁶ Publicada em 1992.